

**CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE
SANTO ADRIÃO**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
3.1. Principais políticas contabilísticas:.....	9
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:.....	16
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:.....	16
3.4. Alterações nas correções de erros contabilísticos:.....	16
4. Ativos fixos tangíveis	16
5. Ativos intangíveis.....	18
6. Investimentos financeiros	19
7. Associados/membros	19
8. Inventários.....	19
9. Créditos a receber	20
10. Estado e outros Entes Públicos	20
11. Diferimentos.....	20
12. Caixa e depósitos bancários	21
13. Outros ativos correntes.....	21
14. Fundos patrimoniais.....	21
15. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	22
16. Financiamentos obtidos	22
17. Outras contas a pagar	23
18. Fornecedores.....	23
19. Vendas e serviços prestados	23
20. Subsídios, doações e legados à exploração	23
21. Fornecimentos e serviços externos.....	24
22. Gastos com o pessoal.....	24
23. Outros rendimentos e ganhos.....	25
24. Outros gastos e perdas.....	25
25. Resultados financeiros	25
26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
27. Acontecimentos após data de Balanço.....	26

Balço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 439 601,56	1 785 032,33
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	2 963,84	399,50
Investimentos financeiros	6	1 525,04	896,52
beneméritos/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		2 444 090,44	1 786 328,35
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	9	15 062,69	4 194,15
Estado e outros entes públicos	10	16 341,37	23 507,72
Beneméritos/doadores/associados/membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes	13	157 336,09	159 340,80
Caixa e depósitos bancários	12	55 191,63	170 689,20
Subtotal		243 931,78	357 731,87
Total do Ativo		2 688 022,22	2 144 060,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	7 201,78	7 201,78
Excedentes técnicos			
Reservas			
Excedentes de revalorização			
Resultados transitados	14	910 427,45	913 906,94
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15	799 788,78	698 016,00
Resultado líquido do período		(79 024,33)	(3 479,49)
Total dos fundos patrimoniais		1 638 393,68	1 615 645,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	16	650 000,00	-
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		650 000,00	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	70 639,16	233 996,36
Estado e outros entes públicos	10	31 932,02	27 459,85
Financiamentos obtidos			
Beneméritos/doadores/associados/membros	7	50 000,00	-
Diferimentos	11	112 184,19	156 624,42
Outros passivos correntes	17	134 873,17	110 334,36
Subtotal		399 628,54	528 414,99
Total do passivo		1 049 628,54	528 414,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 688 022,22	2 144 060,22

O Contabilista Certificado, n.º 56013



A Direção




Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	19	651 625,77	602 591,14
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1 219 877,09	1 130 584,27
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(186 982,60)	(155 219,90)
Fornecimentos e serviços externos	21	(375 934,08)	(354 286,05)
Gastos com o pessoal	22	(1 333 917,98)	(1 183 081,15)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23	63 632,52	59 146,34
Outros gastos e perdas	24	(43 398,80)	(48 089,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5 098,08)	51 644,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(67 312,59)	(56 250,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(72 410,67)	(4 606,05)
Juros e rendimentos similares obtidos	25	508,61	1 141,89
Juros e gastos similares suportados	25	(7 122,27)	(15,33)
Resultados antes de impostos		(79 024,33)	(3 479,49)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(79 024,33)	(3 479,49)

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Helena Rodrigues

A Direção

Helena Rodrigues
 A Direção

Demonstração dos Resultados por Funções

INDICADOR	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	Índice de Execução da Função				
											SEDE	SEDE	SEDE	SEDE	
Atividade operacional período	31.196,75	31.445,31	51.306,58	97,26	97.966,79	90.446,79	46.837,61	85.576,54	87.197,26	4.197,26	4.197,26	4.197,26	4.197,26	4.197,26	4.197,26
Correção de valores e atos análogos período	154.826,21	117.891,31	117.828,52	176.739,84	48.175,11	1.98.194,76	482.293,76	4.664.016,08	8.173,48	81.733,48	81.733,48	81.733,48	81.733,48	81.733,48	81.733,48
Resultado	167.156,21	149.336,62	169.135,10	173.811,66	118.850,22	1.97.953,64	495.227,27	4.748.032,16	9.170,74	90.926,96	90.926,96	90.926,96	90.926,96	90.926,96	90.926,96
Outros resultados	214.78,25	195.193,98	117.523,04	118.944,36	11.222,29	1.89.453,27	3.941,26	21.916,46	9.170,74	311.306,49	311.306,49	311.306,49	311.306,49	311.306,49	311.306,49
Outros resultados	13.462,44	65.943,88	60.972,11	18.961,66	18.961,66	18.961,66	4.888,16	271.762,25	48.176,46	1.534,17	1.534,17	1.534,17	1.534,17	1.534,17	1.534,17
Outros resultados	101,81	26.618,76	11.828,16	2.266,53	406,11	3.139,85	1.238,29	15.022,12	3.941,26	31.892,76	31.892,76	31.892,76	31.892,76	31.892,76	31.892,76
Resultado operacional antes de gastos de função operacional período	8.156,23	311,21	1.868,26	2.291,65	4.107,11	4.621,61	2.983,76	136,09	4.697,24	183,18	183,18	183,18	183,18	183,18	183,18
Gastos administrativos da função	179,26	8.376,20	11.038,61	421,33	421,33	421,33	629,70	481,71	179,26	8.376,20	8.376,20	8.376,20	8.376,20	8.376,20	8.376,20
Resultado antes de impostos	7.976,97	3.964,95	9,25	1.869,32	3.685,78	4.200,28	2.354,06	314,38	4.517,98	314,38	314,38	314,38	314,38	314,38	314,38
Impostos sobre o rendimento do período															
Resultado líquido período	7.976,97	3.964,95	9,25	1.869,32	3.685,78	4.200,28	2.354,06	314,38	4.517,98	314,38	314,38	314,38	314,38	314,38	314,38

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Helena Rodrigues

A Direção
João Paulo
Antônio
Paulo
Haroldo

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Rubricas	Fontes Patrimoniais atribuídas aos possuidores da entidade - R\$							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundo	Exercícios Terminados	Reservas	Reservas Transferridas	Reservas legais	Excedentes de realização	Outras variações nos Fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	7.201,78			874.551,52			716.355,27	39.375,62	1.637.291,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										
Alterações de políticas contábilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Reavaliação do excedente de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	14				39.375,62			138.169,27	(39.375,62)	(38.169,27)
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos Fundos patrimoniais					39.375,62			138.169,27	(39.375,62)	(38.169,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2									
RESULTADO EXTENSIVO	3									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4-2+3									
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	5	7.201,78			913.927,14			658.018,00	(3.479,69)	1.615.666,19

O Contabilista Certificado, n.º 56013



A Direção





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Descrição	Nota	Fundos Patrimoniais atribuídos aos notáveis da entidade-mãe						Reservado para o período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Facilidades Técnicas	Reservas	Reservados	Excedentes de reavaliação	Critérios variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	0	7.201,78	-	913.956,94	-	-	608.016,00	13.479,49	1.615.652,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábil-típico									
Alterações de políticas contábeis-típicas									
Diferença de conversão de demonstrações financeiras									
Repetição do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	14		(3.479,49)					3.479,49	118.169,23
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		(3.479,49)					3.479,49	101.772,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0								
RESULTADO EXTENSIVO	9-7-10								
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações	0								
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	10	7.201,78	-	910.427,45	-	-	799.788,78	(79.024,33)	1.638.393,68

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Helena Rodrigues

A Direção

Paulo Sérgio
Paulo Sérgio
Paulo Sérgio
Paulo Sérgio

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		592 268,83	610 735,00
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1 151 700,16)	(515 194,69)
Pagamentos ao pessoal		(837 548,41)	(814 520,45)
Caixa gerada pelas operações		(1 396 979,74)	(718 980,14)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(8 005,26)
Outros recebimentos/pagamentos		1 300 980,49	725 965,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(95 999,25)	(1 019,59)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(460 770,43)	(51 785,36)
Ativos intangíveis	5	(1 542,00)	(4 935,68)
Investimentos financeiros	6	(572,23)	(896,52)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	25	508,61	1 141,89
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(462 376,05)	(56 475,67)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		700 000,00	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(250 000,00)	
Juros e gastos similares	25	(7 122,27)	(15,33)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		442 877,73	(15,33)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(115 497,57)	(57 530,59)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	170 689,20	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	55 191,63	170 689,20

O Contabilista Certificado, n.º 56013



A Direção



Centro Cultural e Social de Santo Adrião

Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, s/n

NIPC: 501 483 667 - Publicação em Diário da República nº 166 de 21/07/1997, Série III

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Cultural e Social de Santo Adrião é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 166 de 21/07/1997, Série III, com sede na Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião. Tem como atividade principal o Apoio Social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio Social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, especialmente infância, juventude, terceira idade e deficientes, e a promoção e valorização dos seus associados sob o ponto de vista humano, nos aspetos culturais e recreativos

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Nota 13) e "*Diferimentos*" (Nota 11)

3.1.4. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.8. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6-8
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3-8
Ativos fixos tangíveis em curso	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.1.9. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Goodwill	
Projetos de desenvolvimento	
Programas de computador	10
Propriedade Industrial	
...	
Outros ativos intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.10. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo permanente. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras dívidas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.12. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.13. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "*Encargos financeiros*" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Locações

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *"Fornecimentos e Serviços Externos"*.

3.1.14. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.15. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram

reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.1.16. Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.17. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.1.18. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.1.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Alterações nas políticas contábilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contábilísticas:

Não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contábilísticas.

3.4. Alterações nas correções de erros contábilísticos:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abatimentos e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Terrenos e recursos naturais	114 035,17	-	-	-	-	-	114 035,17
Edifícios e outras construções	2 044 375,68	8 156,69	(28 648,81)	-	-	-	2 023 883,56
Equipamento básico	532 305,05	13 841,39	(6 949,50)	-	-	-	539 196,94
Equipamento de transporte	410 225,80	-	-	-	-	-	410 225,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	209 664,61	7 170,37	-	-	-	-	216 834,98
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,00	3 325,10	-	-	-	-	15 263,10
Ativos fixos tangíveis em curso	-	315 502,41	-	-	-	-	315 502,41
Total	3 322 544,31	347 995,96	(35 598,31)	-	-	-	3 634 941,96
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	687 594,34	38 282,53	-	-	-	-	725 876,87
Equipamento básico	493 812,73	7 334,66	-	-	-	-	501 147,39
Equipamento de transporte	390 044,72	8 225,94	-	-	-	-	398 270,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	210 348,91	2 327,78	-	-	-	-	212 676,69
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,02	-	-	-	-	-	11 938,02
Total	1 793 738,72	56 170,91	-	-	-	-	1 849 909,63
						Quantia escriturada	1 785 032,33

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Terrenos e recursos naturais	114 035,17	-	-	-	-	-	114 035,17
Edifícios e outras construções	2 023 883,56	494 142,68	(134 526,03)	-	-	-	2 383 500,21
Equipamento básico	539 196,94	85 871,89	-	-	-	-	626 068,83
Equipamento de transporte	410 225,80	12 750,00	-	-	-	-	422 975,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	216 834,98	4 258,45	(4 456,29)	-	-	-	216 637,14
Outros ativos fixos tangíveis	15 263,10	-	(2 278,10)	-	-	-	12 985,00
Ativos fixos tangíveis em curso	315 502,41	261 684,36	-	-	-	-	577 186,77
Total	3 634 941,96	859 707,38	(141 260,42)	-	-	-	4 353 388,92
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	725 876,87	42 704,22	-	-	-	-	768 581,09
Equipamento básico	501 147,39	13 070,60	-	-	-	-	514 217,99
Equipamento de transporte	398 270,66	7 750,00	-	-	-	-	406 020,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	212 676,69	323,84	-	-	-	-	213 000,53
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,02	29,07	-	-	-	-	11 967,09
Total	1 849 909,63	63 877,73	-	-	-	-	1 913 787,36
						Quantia escriturada	2 439 601,56

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Impairment Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	479,39	-	-	-	-	-	479,39
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	479,39	-	-	-	-	-	479,39
Depreciações acumuladas							
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	79,89	-	-	-	-	-	79,89
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	79,89	-	-	-	-	-	79,89
Quantia escriturada							399,50

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Impairment Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	479,39	5 999,20	-	-	-	-	6 478,59
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	479,39	5 999,20	-	-	-	-	6 478,59
Depreciações acumuladas							
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	79,89	3 434,86	-	-	-	-	3 514,75
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	79,89	3 434,86	-	-	-	-	3 514,75
Quantia escriturada							2 963,84

6. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2017
Fundo de Compensação	896,52	628,52	-	-	1 525,04
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	-	-	-	-	-
ABDCEFGH	-	-	-	-	-
Total	896,52	628,52	-	-	1 525,04

7. Associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017		31-12-2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ativo				
Associados e Utentes	-	-	-	-
Doadores - em curso	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Passivo				
Associados e Utentes	-	-	-	-
João Gonçalves Sousa	-	25 000,00	-	-
Carolina Granja	-	25 000,00	-	-
Total	-	50 000,00	-	-

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Redasificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	Compras	Redasificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	-	11 020,59	-	-	-	-	11 020,59
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	141 342,07	3 057,24	-	-	-	144 399,31
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	152 362,66	3 057,24	-	-	-	155 219,90

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	11 020,59	14 051,14	-	14 051,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	144 199,31	156 505,68	16 425,78	172 931,46
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
-	-	-	-	-
Total	155 219,90	170 556,82	16 425,78	186 982,60

9. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Clientes e Utentes c/c	15 062,69	4 194,15
Clientes	-	-
Utentes	15 062,69	4 194,15
Total	15 062,69	4 194,15

Descrição	0-30 dias
Clientes c/c	-
Utentes c/c	15 062,69
Total	15 062,69

10. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16 341,37	23 507,72
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	16 341,37	23 507,72
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 795,74	3 833,36
Segurança Social	26 982,54	23 600,33
Fundo Compensação	153,74	26,16
Total	31 932,02	27 459,85

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos a reconhecer		
POISE - CLDS	106 095,63	141 373,37
IEFP - Estágios emprego e CEI's	6 088,56	15 251,05
---	-	-
Total	112 184,19	156 624,42

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	1 532,13	2 923,63
Depósitos à ordem	18 659,50	77 765,57
Depósitos a prazo	35 000,00	90 000,00
Outros	-	-
Total	55 191,63	170 689,20

13. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros créditos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos ao pessoal	-	720,38
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	23 000,00
Outros devedores	-	-
POISE - Programa Escolhas	16 103,25	1 124,10
POISE - CLDS	109 038,30	115 725,87
IEFP - Estágios emprego e CEI's	6 112,26	18 770,45
ISS - RSI	26 082,28	-
Outros devedores	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	157 336,09	159 340,80

14. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	7 201,78	-	-	7 201,78
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Resultados transitados	913 906,94	-	3 479,49	910 427,45
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	698 016,00	121 542,05	19 769,27	799 788,78
Resultado líquido do período	(3 479,49)	-	75 544,84	(79 024,33)
Total	1 615 645,23	121 542,05	98 793,60	1 638 393,68

Nota:**Resultados transitados:****Ano 2017**

- Diminuição de 3.479,49 pela transferência do resultado negativo do exercício de 2016, para Resultados Transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais:**Ano 2017**

- Redução de 19.769,27, de imputação de subsídios para investimentos.

Resultado líquido do exercício:**Ano 2017**

- Diminuição de 75.544,84:

3.379,49, pela transferência do resultado negativo do exercício de 2016, para Resultados Transitados.

79.024,33, pelo resultado negativo do exercício de 2017.

15. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	Saldo em 31-dez-2017
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	583 980,82	121 542,05	19 769,27	-	685 753,60
Doações	114 035,18	-	-	-	114 035,18
--	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Total	698 016,00	121 542,05	19 769,27	-	799 788,78

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a

"Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	650 000,00	650 000,00	-	-	-
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	650 000,00	650 000,00	-	-	-

17. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" (não corrente) desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Corrente	Corrente
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	688,27	528,48
Fornecedores de Investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	128 337,81	109 805,88
Outros credores	5 847,09	-
...	-	-
Total	134 873,17	110 334,36

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	70 639,16	233 996,36
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Fornecedores outros		
Total	70 639,16	233 996,36

19. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

Serviços prestados:

Descrição	2017	2016
Quotas dos utilizadores	576 318,28	525 916,47
Infância	208 248,98	192 958,22
Terceira Idade	368 069,30	332 958,25
Quotas e Jóias	3 268,00	2 996,00
Serviços Secundários	72 039,49	73 678,67
Total	651 625,77	602 591,14

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 202 211,98	1 126 576,95
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	17 665,11	4 007,32
Legados	-	-
...	-	-
Total	1 219 877,09	1 130 584,27

Descrição	2017	2016
ISS,IP	1 011 913,33	1 010 443,26
POISE - Projetos diversos	100 075,47	64 378,48
IEFP	31 647,30	43 764,81
Junta Freguesia S. Lázaro	14 560,00	5 990,40
Câmara Municipal de Braga	36 019,61	1 000,00
IPDJ	500,00	1 000,00
Doações diversas	25 161,38	4 007,32
Total	1 219 877,09	1 130 584,27

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	104 021,71	98 345,47
Materiais	51 333,14	55 828,47
Energia e fluidos	115 783,26	105 287,31
Deslocações, estadas e transportes	24 920,82	19 311,10
Serviços diversos (*)	79 875,15	75 513,70
Limpeza e higiene	25 231,17	23 326,45
Seguros	16 061,69	16 007,63
Rendas e alugueres	25 176,41	22 375,84
Total	375 934,08	354 286,05

22. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente de 10 e 6.

Os órgãos diretivos/sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 100 e em 2016 foi de 96.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	1 081 103,75	955 891,47
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	5 000,00	-
Encargos sobre as remunerações	234 150,77	210 307,18
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 473,80	5 919,58
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	3 189,66	10 962,92
Total	1 333 917,98	1 183 081,15

23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	63 632,52	16 857,58
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Donativos	34 144,41	21 429,05
Correções relativas a períodos anteriores	77,86	2 546,72
Imputação subs. para investimentos	19 769,27	18 169,27
Total	63 632,52	59 146,34

24. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	8 613,10	2 764,40
Outros gastos e perdas (*)	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	1 855,18	5 530,41
Donativos	10,00	-
Quotizações	420,00	470,00
Apoio pecuniário	4 685,00	3 890,00
Gratificações estímulo a utentes	792,00	1 071,00
Bolsas de formação	26 307,84	34 331,94
Outros	715,68	32,16
Total	43 398,80	48 089,91

25. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 772,79	15,33
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2 349,48	-
Total	7 122,27	15,33
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	508,61	1 141,89
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	508,61	1 141,89
Resultados financeiros	(6 613,66)	1 126,56

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

27. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 05 de março de 2018.

Braga, 02 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 56013



A Direção





